

A Qualidade da Gestão Pública Municipal e os indicadores de Emprego, Renda, Educação e Saúde dos Municípios Brasileiros: Uma análise de correlação canônica no período de 2006 a 2010

Geraldo Alemandro Leite Filho

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Tânia Marta Maia Fialho

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Resumo

O objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar a associação existente entre os indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, representados pelo IFGF e os indicadores de emprego e renda, saúde e educação dos municípios brasileiros, representado pelo IFDM no período de 2006 a 2010. A análise de correlação canônica revelou que 16,71% da variância nos indicadores de desenvolvimento municipal foi explicada pela variância dos indicadores de qualidade da gestão fiscal. A variável Emprego e Renda compartilhou maior variância com o conjunto de variáveis de gestão fiscal pública municipal (0,9145), seguida por Educação (0,7157) e pela Saúde (0,6663).

Palavras-chave: Gestão pública municipal, desenvolvimento municipal, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Área temática: Economia. Sub-área: Finanças Públicas

1. Introdução

Durante anos os municípios brasileiros enfrentaram problemas tais como a inflação elevada, recessão econômica, carência de recursos para investimentos e, no âmbito interno, a ausência de instrumentos eficazes de planejamento e controle dos gastos públicos municipais, fatores estes que impactaram negativamente na gestão e no desempenho econômico e social destes entes federativos. Além disso, a história da administração pública no Brasil, principalmente em nível municipal, está repleta de exemplos de má gestão de recursos, tendo como agravante a falta de responsabilidade e compromisso social de alguns gestores públicos, o que colaborou para elevados índices de corrupção e de endividamento dos entes federativos, devido, principalmente, à uma ausência de uma regulação mais severa do controle na gestão pública municipal brasileira (Oliveira, Peter & Meneses, 2010).

Neste contexto, diversas experiências exitosas de outros países no planejamento e controle da gestão pública serviram de referência para o Brasil, no sentido de iniciar o debate e a construção de mecanismos sobre o controle nos gastos públicos e responsabilização dos gestores acerca dos recursos públicos sob a sua guarda (Sousa, Gomes, Lima, Peter & Machado, 2011). O controle da inflação, estabilidade monetária e maior transparência nos resultados fiscais governamentais obtidos a partir do Plano Real, contribuíram também para fortalecer o debate sobre a necessidade de ajustes nas contas públicas e também para a criação de ferramentas para planejamento e controle dos gastos públicos (Matias, Ortolani & Campello, 2002).

Em 04 de maio de 2000 foi sancionada no Brasil a Lei Complementar 101, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que impôs um maior rigor ao processo de planejamento e execução orçamentária, disciplinando a gestão dos recursos públicos e exigindo uma maior responsabilidade e transparência dos gestores públicos. Tal lei limitou os gastos e endividamentos dos entes, buscou um equilíbrio entre receitas e despesas públicas e o fomento de investimentos prioritários ao desenvolvimento e melhora dos indicadores sociais (Oliveira *et al.*, 2010). Segundo Sousa *et al.*, (2011), quando se trata da gestão pública municipal, a perspectiva da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) torna-se ainda mais relevante, pois diante da municipalização, da escassez de recursos para investimentos e da crescente demanda por serviços sociais, a saber saúde, educação, segurança, lazer, etc. A referida lei teve o objetivo principal de intensificar o controle e a responsabilização dos gestores municipais mediante as contas públicas e, conseqüentemente, fomentar o desenvolvimento, direcionando os recursos públicos em investimentos que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Nesta perspectiva, desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) diversos estudos foram feitos no sentido de verificar se o cumprimento das suas prerrogativas pelos entes federativos brasileiros impactaram os indicadores de desenvolvimento, principalmente em nível municipal.

Matias *et al.* (2002) investigaram a associação entre indicadores fiscais da gestão pública municipal e indicadores sociais do Índice paulista de Responsabilidade Social (IPRS) de municípios paulistas, de 1997 a 1998 onde concluíram forte associação entre a responsabilidade fiscal e a responsabilidade social.

Resende, Slomski e Corrar (2005) analisaram a relação entre as políticas públicas (investimentos permanentes, despesas correntes, despesas de capital e o volume de receita tributária dos municípios), variáveis macroeconômicas (IBGE) e o nível de desenvolvimento humano (IDH-M) de 508 municípios do Estado de São Paulo no período de 1991 a 2000. Concluíram não haver relação linear de causa e efeito entre as políticas públicas e a variação do IDH-M dos municípios, contudo, as variáveis econômicas (investimentos realizados) e as características socioeconômicas dos municípios demonstram relação de 85% a 91% com o desenvolvimento municipal (IDH-M). Os resultados apurados demonstram a sensibilidade do

modelo, o que possibilitou sugerir que houve impactos das políticas públicas no nível de desenvolvimento social dos municípios.

Oliveira *et al.*, (2010) investigaram as implicações da LRF, medida pelo Índice de Responsabilidade Fiscal e Social - IRFS do Conselho Nacional dos Municípios - CNM, dimensão fiscal, sobre os indicadores sociais municipais, a saber educação e saúde, medidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) em 184 municípios do Ceará no período de 2004 a 2007. Concluíram que quanto melhor o IRFS fiscal do município, melhores são os indicadores de saúde e educação, havendo uma compatibilidade no cumprimento da responsabilidade fiscal com a responsabilidade social e desenvolvimento municipal.

Sousa *et al.*, (2011) investigaram os efeitos no índice de desenvolvimento municipal (IDM) decorrente do cumprimento das determinações da LRF por meio do Índice de Responsabilidade Fiscal e Social - IRFS do Conselho Nacional dos Municípios - CNM de uma amostra de municípios cearenses no período de 2006 a 2008. Observaram relação positiva entre os indicadores de desenvolvimento e o componente fiscal do IRFS dando indícios que o cumprimento da LRF promoveu aumento na qualidade de vida nos municípios analisados. Concluíram que uma parcela do índice de desenvolvimento municipal (IDM) pode ser explicado pelo IRFS fiscal para esta amostra de municípios.

Oliveira e Silva (2012) investigaram os efeitos dos indicadores de gestão fiscal (Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF e Índice de Responsabilidade Fiscal e Social - IRFS) nas variáveis de desenvolvimento e variáveis socioeconômicas (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM, e variáveis socioeconômicas do IBGE) em 14 municípios do estado de Minas Gerais nos anos de 2000 e 2009. Concluíram que houve uma associação entre os indicadores de gestão fiscal e as variáveis de desenvolvimento e socioeconômicas municipais nos municípios analisados.

Klering, Kruegel e Stranz (2012) analisaram os efeitos do porte dos municípios na relação entre indicadores de gestão e de responsabilidade fiscal de 2002 a 2009. Usando como variáveis os indicadores IRFS do CNM e o IFGF da FIRJAN, observaram nos pequenos municípios brasileiros que ocorreram os melhores indicadores de gestão, confirmando que a estratégia de descentralização da gestão pública municipal é benéfica para a melhoria da qualidade de vida e indicadores sociais. Concluíram que há uma relação entre os indicadores de gestão e os indicadores de responsabilidade social para os municípios brasileiros analisados e que o porte influencia nesta relação.

Sousa, Nascimento, Peter, Machado e Gomes (2013) investigaram os efeitos no desenvolvimento municipal (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM) decorrentes do cumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Índice de Responsabilidade Fiscal - IRF baseado no IRFS do CNM) para todos os municípios brasileiros no período de 2005 a 2009. Concluíram que o cumprimento da LRF no que se refere ao endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário proporcionou uma significativa melhora nos indicadores de desenvolvimento econômico-social dos municípios analisados. Verificaram ainda desigualdade entre as regiões brasileiras no que se refere ao cumprimento da LRF, sendo melhores índices nas regiões Sul e Sudeste e piores nas regiões Norte e Nordeste. Apesar disso, concluíram que o cumprimento das determinações contidas na LRF provocam um impacto positivo sobre o desenvolvimento municipal.

Duarte e Lima (2013), utilizando dados divulgados pelo Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM, verificaram que quanto melhor a gestão fiscal das prefeituras, melhor o desenvolvimento social do município, traduzido pelos serviços públicos oferecidos para a população. Com base nestes indicadores municipais relativos ao ano de 2011 no Brasil, concluíram em seu estudo que em cidades

com uma boa gestão fiscal, altos índices IFGF há uma possibilidade de 88 % de aumento nos indicadores de qualidade de vida e de desenvolvimento municipal, medidos pelo IFDM, sugerindo como conclusão que uma boa gestão fiscal pode influenciar no desenvolvimento municipal.

Denardi, Henderikx, Castilhos e Bianchini (2014) verificaram os fatores que afetaram o desenvolvimento local (medido pelo IDH-M) em oito pequenos municípios do Paraná. Dentre outros dois fatores, os resultados do estudo sugeriram que a qualidade da gestão pública municipal em termos de planejamento estratégico e participativo, a probidade e a eficiência administrativa como fator preponderante para melhora da qualidade de vida e desenvolvimento. Concluíram que a qualidade da gestão pública municipal pode interferir no desenvolvimento municipal.

Diante do contexto apresentado, o objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar a associação existente entre os indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, em consonância com a Lei de responsabilidade fiscal, e os indicadores de emprego e renda, saúde e educação dos municípios brasileiros.

Acredita-se ser importante verificar as implicações da qualidade da gestão fiscal pública municipal, baseada na Lei de Responsabilidade Fiscal nos indicadores de emprego e renda, saúde e educação municipal e vice versa, para testar a assertiva de que a gestão eficaz dos recursos públicos, determinação de limites em termos de endividamento e eficácia dos investimentos proporcionariam melhora na qualidade de vida da população. Tal melhora estaria refletida na elevação dos indicadores de emprego e renda, saúde e educação dos municípios, indicadores econômicos e indicadores sociais municipais. Entende-se também ser importante verificar em que grau o nível os indicadores de emprego e renda, saúde e educação impactariam os indicadores de qualidade da gestão pública dos municípios. A investigação da relação de duas vias entre indicadores de qualidade da gestão pública e indicadores de emprego e renda, saúde e educação dos municípios brasileiros pode contribuir para complementar a discussão e o entendimento de aspectos das finanças públicas municipais, responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal discutidos nos estudos anteriormente feitos.

A principal contribuição do referido artigo é entender até que ponto a qualidade da gestão fiscal pública municipal estaria correlacionada com os indicadores de emprego e renda, saúde e educação municipal numa perspectiva de abrangência nacional e temporal de médio prazo, com dados de todos os municípios brasileiros em uma série histórica de cinco anos consecutivos.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção discorre sobre os conceitos teóricos de responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal. Na terceira seção é apresentada a metodologia utilizada no desenvolvimento da presente pesquisa. A quarta seção apresenta a análise dos resultados encontrados e a quinta seção consiste na conclusão. Em seguida, têm-se as referências.

2. Referencial teórico

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) surgiu em um contexto no qual era necessário impor limites e metas numéricas aos gestores da política fiscal, nos vários níveis de governo, a fim de se gerar menores déficits fiscais e menor acúmulo de dívida, dentre outros resultados sinalizadores de uma atitude fiscal responsável. O cenário em que se encontravam os estados e, principalmente os municípios logo após a queda da inflação em 1994 era restritivo do ponto de vista fiscal, no sentido de que os governos subnacionais não mais podiam se endividar e fazer frente às suas despesas dadas as suas receitas. Nesse sentido, a LRF veio impor limites ao gasto e ao endividamento excessivo,

ratificando e consolidando um processo de ajuste que se havia iniciado com vários acordos de renegociação das dívidas estaduais em 1993 e 1997. Desta forma, surgiu no Brasil o conceito de Responsabilidade Fiscal na Gestão pública (Firovante, Pinheiro & Vieira, 2006).

A LRF está apoiada em quatro eixos, quais sejam: Planejamento, no qual são estabelecidas as metas a serem atingidas durante a gestão; transparência, que consiste na ampla divulgação das contas da administração pública; Controle, que se refere ao monitoramento realizado tanto pelos órgãos competentes como pela sociedade; e responsabilização, que são as sanções previstas pela lei, em decorrência da má utilização dos recursos públicos (Sousa *et al.*, 2013).

Segundo Viana *et al.* (2011), é preciso evidenciar a qualidade da gestão pública, principalmente dos gastos públicos, desde que os limites previstos nas legislações não sejam ultrapassados, destacando recursos públicos para a garantia dos direitos sociais preconizados pela Constituição brasileira. Assim, com intuito de observar o comportamento dos municípios, em relação ao controle de gastos, investimentos e cumprimento dos direitos sociais estabelecidos na Constituição, foram criados indicadores utilizados para medir o desempenho dos municípios no que se refere à qualidade da gestão pública municipal (Sousa *et al.*, 2013).

Dentre os indicadores existentes no Brasil, pode-se citar o Índice Firjan de Gestão Fiscal - IFGF, desenvolvido pela Gerência de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan, tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio da geração e divulgação de indicadores que possibilitem aperfeiçoar as decisões dos gestores municipais quanto à alocação dos recursos públicos, bem como gerar maior controle social da gestão fiscal dos municípios. O IFGF é calculado a partir de cinco indicadores ou dimensões: IFGF Receita Própria, IFGF Pessoal, IFGF Investimentos, IFGF Liquidez e IFGF Custo da Dívida. A ideia dos indicadores IFGF para acompanhar a gestão fiscal pública municipal surgiu a partir da restrição orçamentária dos municípios brasileiros (FIRJAN, 2014).

Como fonte, utiliza os dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativos a todos os municípios brasileiros. A pontuação do índice varia entre os extremos 0 (pior situação) e 1 (melhor situação). Classifica as gestões municipais de A (excelente, superiores a 0,8), B (boa, entre 0,6 e 0,8), C (em dificuldade, entre 0,4 e 0,6) e D (crítica, abaixo de 0,4). Klering, Krue e Stranz (2012) observam que o IFGF da Firjan avalia essencialmente indicadores fiscais, e inclui na avaliação o indicador Receita Própria, avaliando a capacidade de geração de receita própria dos municípios, variável que está ligada diretamente à capacidade de gestão e nível de desenvolvimento dos municípios, refletido pelos indicadores sociais de qualidade de vida e econômicos, a saber emprego e renda, saúde e educação dentre outros.

Oliveira e Silva (2012) entendem que o desenvolvimento econômico municipal é caracterizado pelo crescimento da renda, acompanhado de melhorias no nível de qualidade de vida da população. Segundo Oliveira (2002), o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento refere-se a incrementos positivos no produto e na renda para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. Nesse sentido, o desenvolvimento municipal refere-se ao conjunto de desenvolvimento de vários setores no âmbito municipal, tais como o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. Uma forma de avaliação do nível de desenvolvimento é a atribuição de índices de desenvolvimento, sendo o mais difundido em nível mundial, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (KLIKSBURG, 1998). As variáveis renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH apresentam grande aceitação na literatura como importantes

indicadores para avaliação do nível de desenvolvimento de um município, localidade região ou país. Asseveram que, embora a renda seja um relevante indicador, aponta-se outros aspectos ligados à qualidade de vida, tais como saúde, educação como variáveis chave na medição do desenvolvimento municipal. Apesar de a grande maioria dos estudos realizados no Brasil associarem a questão do desenvolvimento às variáveis de renda, Costa (2011) entende que ela seja subdimensionada, pois a dimensão renda corresponde a apenas um dos parâmetros referentes à situação dos indivíduos na sociedade. O IDH, por outro lado, como importante instrumento de medição do desenvolvimento, tem a vantagem de abordar as variáveis educação e saúde, mas apresenta uma limitação temporal para avaliar os municípios em séries temporais por ser um indicador de anual (Oliveira & Silva, 2012).

Siedenberg (2003) enfatiza que a política de desenvolvimento municipal se baseia em indicadores, pois, é por meio deles que se analisa e se avalia os pontos fortes e fracos, assim como o sucesso ou fracasso de uma estratégia de desenvolvimento de uma cidade ou região. Desta forma, afirma que a utilização de indicadores em séries temporais históricas regulares é necessária para permitir análises e comparações municipais e inter ou intra regionais.

A nível de indicadores de medição de desenvolvimento municipal, distinguindo-se por apresentar periodicidade anual e por acompanhar o desenvolvimento de todos os atuais 5.565 municípios brasileiros, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico municipal ao longo de séries históricas anuais. O IFDM apresenta semelhanças com o IDH-M, pois acompanha as três áreas de interesse deste: renda, educação e saúde, utilizando-se exclusivamente de estatísticas oficiais (Ervilha, Alves & Gomes, 2013).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), administrado pela Firjan, monitora, anualmente, o desenvolvimento de todos os municípios do Brasil nas áreas emprego e renda, educação e saúde, com base nas informações disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde. A variação do IFDM é de 0 a 1, considerando-se que quanto mais próximo de 1 estiver o município, maior é o seu desenvolvimento. Classifica o nível de Desenvolvimento municipal em Muito Alto (0,9001 a 1,0), Alto (0,8001 a 0,9), Moderado (0,6001 a 0,8), Regular (0,4001 a 0,6) e Baixo (0 a 0,4) (Firjan, 2014; Souza *et al.*, 2013).

3. Abordagem Metodológica

Caracteriza-se esta pesquisa, quanto a abordagem do problema de natureza de avaliação quantitativa de dados, e quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva uma vez que foi realizado um levantamento documental com coleta, tratamento análise e interpretação de dados secundários.

As variáveis de interesse da pesquisa foram coletados da base de dados da Firjan. Como variável para medir a gestão fiscal pública municipal foi utilizado o Índice Firjan de Gestão Fiscal - IFGF, subdivido nas dimensões: IFGF Receita Própria, IFGF Gastos com Pessoal, IFGF Investimentos, IFGF Liquidez e IFGF Custo da Dívida. Tais dimensões do IFGF são calculadas com base nos dados contábeis dos municípios brasileiros, disponibilizados para os tribunais de contas estaduais: IFGF Receita Própria = % da receita gerada pelo município em relação à Receita Corrente Líquida - RCL; IFGF Gastos com Pessoal = % de gastos com pessoal em relação à RCL; IFGF Investimentos = % de Investimentos públicos em relação à RCL; IFGF Liquidez = relação dos restos a pagar com ativo financeiro e IFGF Custo da Dívida = juros e amortizações em relação à receita líquida total do município em um determinado período.

A variável para a medida do desenvolvimento municipal foi o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), nas dimensões IFDM Emprego e Renda, IFDM

Educação e IFDM Saúde. As variáveis IFGF e IFDM foram coletadas de forma fidedigna, sem qualquer alteração ou correção, sendo que tais indicadores são padronizados num intervalo de 0 a 1, (0 como limite inferior e 1 limite superior), apresentando-se como variáveis quantitativas contínuas.

O universo da pesquisa foi definido como todos os 5.565 municípios brasileiros. Os municípios selecionados para a pesquisa foram aqueles que tiveram os indicadores IFGF e IFDM calculados anualmente pela Firjan, divulgados respectivamente em 2011 (ano referência 2006, 2007, 2008, 2009) e 2012 (ano referência 2010). Observou-se que muitos municípios brasileiros não tiveram os indicadores IFGF calculados, em função de falta ou informações incorretas. Assim, foram obtidas 20138 observações válidas, distribuídos em uma amostra de 4028 municípios com informações completas de todos os indicadores de interesse da pesquisa, correspondendo a 72,37 % do universo do estudo, classificados em um painel de dados contendo cinco séries anuais empilhadas e desbalanceadas. A opção pela organização dos dados em painel pautou-se na possibilidade de combinar séries temporais com dados em cortes transversais, o que possibilitou uma maior eficiência dos parâmetros resultantes do modelo. O corte longitudinal da pesquisa foi de cinco anos, de 2006 a 2010. Foi possível, portanto, analisar em um só modelo o comportamento conjunto das variáveis, IFGF e IFDM, para todas as observações, no período pesquisado, especificado através de amostras municipais e anuais.

O método utilizado para avaliar a associação existente entre os indicadores de gestão fiscal pública municipal e os indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros foi a correlação canônica. A análise da correlação canônica permite verificar a correlação entre dois conjuntos de variáveis, identificando a magnitude e natureza da relação passível de existir entre ambos, além de possibilitar mensurar a importância relativa de cada variável no contexto do objeto de estudo (Hair Jr., Black & Anderson, 2005). O modelo de correlação canônica utilizado no presente estudo observou a seguinte conformação:

$$IFDM_{ER} + IFDM_{Ed} + IFDM_S = IFGF_{RP} + IFGF_{GP} + IFGF_I + IFGF_L + IFGF_{CD}$$

onde:

$IFDM_{ER}$ = Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal dimensão Emprego e Renda; $IFDM_{Ed}$ = Índice Firjan de Desenvolvimento municipal dimensão Educação; $IFDM_S$ = Índice Firjan de desenvolvimento municipal dimensão Saúde; $IFGFS_{RP}$ = Índice FIRJAN de Gestão Fiscal dimensão Receita Própria; $IFGFS_{GP}$ = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Gastos com pessoal; $IFGFS_I$ = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Investimentos; $IFGFS_L$ = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Liquidez e $IFGFS_{CD}$ = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Custo da Dívida.

Com relação aos critérios de confiabilidade, os dados para cálculo dos indicadores IFGF e IFDM são coletados das informações oficiais geradas pela contabilidade pública de cada município, que estão sujeitas à aprovação do Tribunal de Contas de cada estado da federação, portanto, entende-se serem fidedignas. Os dados foram organizados, tratados e analisados por meio do software Stata 11.

4. Resultados e discussão

Primeiramente procedeu-se uma análise descritiva (média e coeficiente de variação) de cada indicador de interesse da pesquisa, cujos resultados são descritos na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Análise descritiva (média e CV) dos indicadores IFDM e IFGF 2006 a 2010

	2006		2007		2008		2009		2010		2006 a 2010	
	Mediana	CV	Mediana	CV	Mediana	CV	Mediana	CV	Mediana	CV	Mediana	CV
IFDM	0,6004	18,6%	0,6163	16,9%	0,6214	16,8%	0,6362	15,3%	0,6495	14,8%	0,6248	16,5%
IFDM _{ER}	0,4096	37,6%	0,3985	38,3%	0,3889	41,6%	0,3999	36,2%	0,4040	38,5%	0,4002	38,4%
IFDM _{Ed}	0,6489	19,5%	0,6877	16,8%	0,6956	16,6%	0,7196	15,9%	0,7412	15,2%	0,6986	16,8%
IFDM _S	0,7428	16,9%	0,7628	15,3%	0,7796	13,9%	0,7891	13,2%	0,7983	12,6%	0,7745	14,4%
IFGF	0,5221	27,0%	0,5208	27,4%	0,5722	24,3%	0,4951	30,5%	0,5321	28,2%	0,5285	27,5%
IFGF _{RP}	0,2257	83,5%	0,2391	82,1%	0,2305	81,0%	0,2332	80,7%	0,2414	79,6%	0,2340	81,4%
IFGF _{GP}	0,6811	25,2%	0,6719	24,4%	0,7004	21,8%	0,5649	38,5%	0,5773	34,7%	0,6391	28,9%
IFGF _i	0,5627	48,7%	0,5139	52,0%	0,6262	45,7%	0,4640	59,3%	0,6163	46,0%	0,5566	50,3%
IFGF _L	0,4919	77,4%	0,5336	70,1%	0,6349	56,0%	0,5853	62,8%	0,5719	65,3%	0,5635	66,3%
IFGF _{CD}	0,8080	21,6%	0,8015	22,3%	0,7905	23,2%	0,7946	22,7%	0,8055	19,9%	0,8000	21,9%

Fonte: Elaboração própria.

Analisando-se o IFDM dos municípios brasileiros observou-se uma média geral de 0,6248 ao longo dos anos, classificado como desenvolvimento moderado (Firjan, 2014). No período houve um crescimento de 8,4 % neste indicador, denotando uma melhora, ainda que baixa, na qualidade de vida dos municípios. A dimensão do indicador que apresentou maior crescimento no período foi a Educação, com 14,2 % de evolução de 2006 a 2010, e com média geral de 0,6986, também classificada como moderada. A maior média foi observada na dimensão Saúde, 0,7745, também moderada, com um crescimento de 7,5 % de 2006 para 2010. Todos os indicadores acima citados apresentaram coeficiente de variação em torno de 16 % no período de cinco anos. A dimensão do desenvolvimento que apresentou a menor média foi o Emprego e Renda, 0,4002, classificado como baixo a regular. Além disso, apresentou uma diminuição de 2006 a 2010 de 1,4 % e também apresentou maior dispersão no período (38 % de variação). De forma geral o panorama do indicador de desenvolvimento dos municípios brasileiros da Firjan é moderado, aponta para um cenário de regular evolução ao longo dos anos pesquisados, destacando-se nas suas dimensões, de forma positiva o crescimento na educação e saúde e, de forma negativa, a diminuição e o regular desenvolvimento no quesito emprego e renda nos municípios.

O Indicador IFGF dos municípios brasileiros apresentou média geral de 0,5285 com variação de 27,5 % sendo classificado como Gestão em Dificuldade pela Firjan, apesar do aumento de 1,9 % neste índice no período de 2006 a 2010. A dimensão do IFGF que apresentou a maior média foi o custo da dívida, considerado indicador de Gestão de Excelência, apesar da redução de 0,3 % no período. As dimensões Gastos com Pessoal, Investimentos e Liquidez tiveram médias gerais consideradas Gestão em Dificuldade, com destaque para a diminuição do indicador IFGF Gastos com pessoal em 15,2 % e o crescimento do IFGF Liquidez em 16,3 %. A menor média foi verificada no IFGF Receita Própria (0,2340), maior variabilidade (81,4%). Apesar de este indicador apresentar um crescimento de 6,9 % de 2006 a 2010, foi classificado como baixo, de gestão crítica.

De uma maneira geral, o IFGF dos municípios brasileiros pode ser classificado como regular, sendo que os municípios apresentam um controle moderado dos gastos com pessoal e boa gestão no custo da dívida. Estes dois aspectos são os principais pontos preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo, ao longo de 2006 a 2010, tais indicadores reduziram, mostrando relaxamento no cumprimento da referida lei. Os investimentos e a liquidez podem ser considerados moderados, demonstrando melhoras ao longo dos anos. O destaque negativo é a baixa capacidade de geração de receita própria, gerando uma dependência de recursos de outras esferas de governo para custeio da máquina pública.

Para avaliar a relação empírica entre os indicadores de gestão fiscal pública (IFGF) e o desenvolvimento dos municípios brasileiros (IFDM), este estudo utilizou o modelo multivariado de correlação canônica, segundo especificado anteriormente. Dentre as

vantagens deste tipo de abordagem metodologia destaca-se a possibilidade de utilizar indicadores multidimensionais de forma a captar as inter-relações existentes entre os conjuntos de variáveis com maior realismo. Considerando a multidimensionalidade que envolve tanto o conceito da Gestão Fiscal Pública Municipal quanto o do Desenvolvimento municipal, esta metodologia pareceu adequada à avaliação da existência de interações entre estes indicadores, compatibilizando-se como os estudos de Matias *et al.* (2002), Resende, Slomski e Corrar (2005), Oliveira *et al.*, (2010), Sousa *et al.*, (2011), Oliveira e Silva (2012) e Sousa *et al.* (2013), anteriormente citados.

Ainda que não haja exigência estrita de cumprimento de algumas das hipóteses clássicas, geralmente requeridas pelos demais métodos de análise multivariada, foram testadas as suposições de linearidade, variância constante (heterocedasticidade) e independência e normalidade da distribuição do termo de erro, com base em estatísticas comumente utilizadas para este fim. Foram utilizadas as estatísticas Fator de Inflação da Variância (VIF), estatística de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, Densidade de Kernel, matriz do coeficientes de correlação de Pearson e Teste de Significância das Correlações Canônicas. Para garantir o cumprimento das suposições, bem como o necessário ajuste do modelo no exercício econométrico foi considerado o logaritmo das variáveis.

Uma análise preliminar dos coeficientes de correlação das variáveis (matriz de correlação) demonstrou, conforme a Tabela 2 que apenas a variável IFGF Gastos com Pessoal não apresentou significância a um nível de 5%. O coeficiente da variável IFGF Receita Própria foi o que evidenciou a maior correlação com as variáveis de Desenvolvimento Municipal, ou seja: 0,3734 com o IFDM Educação; 0,4846 com o IFDM Emprego e Renda e 0,3453 com o IFDM Saúde, o que reforça a importância desta variável em afetar a trajetória de desenvolvimento dos municípios corroborando Matias *et al.* (2002), Oliveira *et al.*, (2010), Sousa *et al.*, (2011), Oliveira e Silva (2012), Duarte e Lima (2013) e Sousa *et al.* (2013).

Tabela 2 - Matriz de Coeficientes de Correlação

	IFDM _{Ed}	IFDM _{ER}	IFDM _S	IFGF _L	IFGF _I	IFGF _{GP}	IFGF _{RP}	IFGF _{CD}
IFDM _{Ed}	1,0000							
IFDM _{ER}	0,3915*	1,0000						
IFDM _S	0,6784*	0,3956*	1,0000					
IFGF _L	0,1023*	0,0932*	0,1354*	1,0000				
IFGF _I	0,1364*	0,0944*	0,1067*	0,0836*	1,0000			
IFGF _{GP}	0,0025	0,0238*	0,0711*	0,0965*	0,1806*	1,0000		
IFGF _{RP}	0,3734*	0,4846*	0,3453*	0,0994*	0,1355*	0,0306*	1,0000	
IFGF _{CD}	0,0215*	-0,0417*	0,0061*	0,0675*	0,0995*	-0,0924*	-0,0936*	1,0000

Nível de Significância: $p < 0.001$

Fonte: elaboração própria

Os coeficientes das variáveis IFGF Investimento, IFGF Gastos com pessoal e IFGF Custo da dívida não apresentaram baixas correlações com as variáveis de desenvolvimento municipal (IFDM), o que pode ser atribuído ao reduzido endividamento e investimento, que pode ser resultante da baixa capacidade de captação de recursos dos municípios, conforme preconizado por Viana *et al.* (2011) e Sousa *et al.*, (2011). Como era de se esperar, o coeficiente de correlação entre as variáveis que representaram as dimensões educação e saúde do IFDM foi considerado expressivo ($r=0,6784$), assim como entre IFDM Saúde e IFDM Emprego e Renda ($r=0,3956$). Neste sentido, Oliveira e Silva (2012) entendem que no desenvolvimento econômico municipal o crescimento da renda, geralmente é acompanhado de melhorias no nível de qualidade vida da população em termos de saúde, educação e bem estar social.

A análise da matriz de coeficientes de correlação proporcionou um conhecimento do comportamento individual de cada variável de interesse da pesquisa. Visando entender a

relação multivariada da associação dos indicadores IFGF e IFDM, o modelo de correlação canônica resultou em três variáveis canônicas correspondentes ao mesmo número de variáveis do menor conjunto da variável dependente, neste caso o IFDM. Pelos dados apresentados tabela 3 pode-se inferir que os testes de significância multivariados, baseados no Lambda de Wilks, Traço de Pilai, Traço de Hotelling e Gcr de Roy demonstraram nível de significância de 0,01 das correlações canônicas, tanto quando avaliadas conjuntamente quanto individualmente (neste caso apenas com base no Lambda de Wilks). Tais resultados mostram existe uma relação linear entre as variáveis que compõem o IFDM (Saúde, Educação e Emprego e renda) e as variáveis que compõem o IFGF (receita própria, investimentos, liquidez, gastos com pessoal e custo da dívida).

Tabela 3 - Testes de significância das correlações canônicas

	Lambda de Wilks	Traço de Pilai	Traço de Hotelling	Gcr de Roy
Estatística	0,705062	0,300953	0,409823	0,388331
Estatística F	499,9698	448,9578	549,9460	1563,5776
Probabilidade	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, para além desta comprovação tornou-se necessário identificar em que grau os conjuntos de variáveis estão correlacionados, utilizando para tanto as raízes canônicas (R^2). As correlações canônicas obtidas foram de 0,5289 para a primeira função canônica; 0,1176 para a segunda função e 0,0861 para a terceira função. Embora as três funções canônicas tenham apresentado significância estatística, conforme expresso na tabela 3, apenas a primeira função demonstrou considerável coeficiente de correlação, com uma raiz canônica (R^2) de 27,97%. Nesse sentido pode-se inferir que as variáveis que compõem o índice de Gestão Fiscal (IFGF) e o índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) compartilham 27,97% de variância entre si. As segunda e terceira funções canônicas apresentaram baixos graus de correlação, com raízes canônicas de, respectivamente, 1,38% e de 0,74%. Isto é coerente com a perspectiva teórica de Matias et al. (2002), Resende, Slomski e Corrar (2005), Oliveira et al., (2010), Sousa et al., (2011), Oliveira e Silva (2012), Sousa et al. (2013) e Denardi et al., (2014) que a primeira dimensão canônica maximiza a correlação entre os conjuntos de variáveis relacionados ao desenvolvimento e à gestão fiscal dos municípios. As demais dimensões, embora também maximizem as correlações, são decrescentes, já que correspondem à variância canônica residual não captada pela primeira dimensão. Dessa forma, a análises enfatizaram a primeira dimensão canônica, desconsiderando-se as outras duas.

Conforme observam Hair Jr. *et al.*, (2005), embora a raiz canônica seja uma medida simples da variância compartilhada entre os conjuntos de variáveis, torna-se necessário um indicador que seja capaz de denotar a quantidade de variância em um conjunto de variáveis que pode ser explicada pelo outro conjunto de variáveis, o que é obtido por meio do índice de Stewart-Love de redundância. Segundo Hair Jr. *et al.*, (2005:368), “esse índice serve como uma medida de variância explicada, semelhante ao cálculo de R^2 usado na regressão múltipla”.

Na tabela 4, encontram-se os índices de redundância obtidos para a primeira dimensão canônica para os conjuntos de variáveis relativos à gestão fiscal e desenvolvimento municipal. Obteve-se um índice de redundância para o conjunto de variáveis relacionadas ao desenvolvimento municipal de 0,1671. Isto indica que 16,71% da variância nos indicadores de

desenvolvimento municipal (IFDM), a saber emprego e renda, saúde e educação é explicada pela variância dos indicadores de gestão fiscal (IFGF), o que parece razoável considerando as diversidade de fatores que, em geral, afetam as variáveis de emprego e renda, saúde e educação dos municípios brasileiros. Dessa forma, pode-se considerar que a qualidade da gestão fiscal se constitui num componente importante de desenvolvimento municipal influenciando o emprego e renda, saúde e educação municipal. Para a variável canônica relativa à qualidade da gestão fiscal, o índice de redundância foi pouco expressivo (0,06047) indicando que as variáveis de desenvolvimento municipal explicam 6% da variância dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal.

A avaliação da contribuição relativa de cada variável para sua respectiva variável canônica é feita com base nos pesos canônicos ou coeficientes padronizados. Contudo, segundo Hair Jr. *et al.*, (2005), esta é uma medida suscetível a muita instabilidade de uma amostra para outra. Dessa forma as cargas canônicas são mais utilizadas para avaliar a contribuição relativa que cada variável dá à função canônica. Quanto maior a carga canônica, tanto mais importante é a variável para avaliação da natureza das relações canônicas. Nesse sentido, e dada as similaridades com os pesos canônicos, optou-se por analisar apenas as cargas canônicas como medida relevante da contribuição relativa de cada variável a cada função canônica.

Tabela 4 - Índice de redundância

Variável Estatística	Carga Canônica	Carga Canônica ao quadrado	Carga quadrada Média	R ² Canônico	Índice de Redundância
Gestão Fiscal			0,216176	0,27973	0,06047
IFGF _L	0,2317	0,05368			
IFGF _I	0,2292	0,05253			
IFGF _{GP}	0,0581	0,00337			
IFGF _{RP}	0,9848	0,96983			
IFGF _{CD}	-0,0384	0,00147			
Desenvolvimento Municipal			0,597497	0,27973	0,16714
IFDM _{Ed}	0,7157	0,51222649			
IFDM _{ER}	0,9145	0,83631025			
IFDM _S	0,6663	0,44395569			

Fonte: Elaboração própria.

A partir da tabela 4, pode-se observar que a variável IFDM Emprego e Renda compartilhou maior variância com o conjunto de variáveis de qualidade da gestão fiscal pública municipal (0,9145), seguida, por ordem de importância, da variável IFDM Educação (0,7157) e da variável IFDM Saúde (0,6663). É importante observar que estas três variáveis apresentaram elevadas variâncias compartilhadas o que sugere que estas medidas são representativas dos efeitos do desenvolvimento municipal. Tal assertiva compatibiliza-se com Oliveira e Silva (2012). Por outro lado, a variável estatística de qualidade da gestão fiscal pública municipal apresentou um comportamento bastante distinto com cargas canônicas variando de 0,00147 no caso do IFGF Custo da dívida a 0,96983 no caso da variável IFGF Receita própria. Assim, pode-se supor que a variável IFGF Receita própria compartilhou maior variância com o conjunto canônico relativo à gestão fiscal, sendo as demais variáveis consideradas pouco expressivas no modelo proposto.

Nesse sentido, Klering, Krueel e Stranz (2012) ressaltam a importância de monitoramento indicador IFGF Receita Própria dos municípios, pois bons níveis de geração de receita própria dos municípios torna-os não tão dependentes de outras fontes de recursos, podendo direcionar tais recursos em investimentos públicos, variável que está ligada diretamente com o nível de emprego e renda, saúde e educação dos municípios. Segundo

Viana et al. (2011), existe uma preocupação com o fator capacidade de geração de receita própria dos municípios brasileiros. O crescimento do número de municípios no Brasil nos últimos anos, muitas vezes sem justificativa econômica, desencadeou problemas na ordem de desequilíbrio fiscal das contas municipais e fez que grande parte das prefeituras apresentassem uma dependência considerável das transferências de recursos federais e estaduais. Segundo a Firjan (2014), com dados de 2010, 62,84 % dos municípios brasileiros geram menos de 10 % do total das suas receitas correntes. Tal dependência engessa o orçamento dos municípios, uma vez que a dependência é marcada por incertezas e está sujeita ao planejamento e disponibilidade de recursos dos outros entes federados. Daí reside a importância de melhorar a capacidade de geração de receita própria e os resultados da correlação canônica apontaram esta variável como importante na explicação da variância dos indicadores de emprego e renda, saúde e educação dos municípios brasileiros.

A variável IFDM Emprego e Renda que teve a maior variância compartilhada com o IFGF foi a que apresentou menor média dentre as dimensões do IFDM (0,4002), avaliada como desenvolvimento baixo a regular. Tais resultados sugerem que a esta dimensão é mais sensível aos aspectos da qualidade da gestão pública municipal, segundo Siedenberg (2003), para esta dimensão, devem haver políticas e estratégias de desenvolvimento municipal utilizando-se os indicadores de gestão.

Para avaliar a correlação de cada variável observada (dentre as dependentes e independente) com a variável canônica oposta foram estimadas as cargas canônicas cruzadas, conforme a tabela 5. Esta análise, possibilita avaliar a correlação de cada variável observada, dependente ou independente, com a variável canônica oposta.

Tabela 5 - Cargas canônicas cruzadas

Correlações entre			
Variáveis de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e Variável Canônica Gestão Fiscal		Variáveis de Gestão Fiscal (IFGF) e Variável Canônica de Desenvolvimento Municipal	
Variável	Correlação	Variável	Correlação
IFDM _{Ed}	0,3785	IFGF _L	0,1225
IFDM _{ER}	0,4836	IFGF _I	0,1212
IFDM _S	0,3524	IFGF _{GP}	0,0307
		IFGF _{RP}	0,5208
		IFGF _{CD}	-0,0203

Fonte: Elaboração própria.

As variáveis consideradas dependentes, IFDM Educação, IFDM Emprego e renda e IFDM Saúde, apresentam uma correlação canônica com a variável canônica independente (IFGF) de, respectivamente, 0,3785, 0,4836 e 0,3524. Com base no R^2 pode-se inferir que 14,3% da variância na educação, 23,4% da variância no emprego e renda e 12,4% da variância na saúde foram explicadas pelo conjunto canônico relacionado à Gestão Fiscal. Assim, foi possível inferir que os indicadores de gestão fiscal implicaram em variâncias importantes nos indicadores de emprego e renda, saúde e educação dos municípios brasileiros mencionados.

Dentro dessa mesma lógica as variáveis de qualidade da Gestão Fiscal não demonstraram correlações importantes com o conjunto canônico relativo ao emprego e renda, saúde e educação municipal, excetuando a receita própria (IFGF_{RP}). Conforme expresso na tabela 5 e seguindo a tendência já destacada anteriormente, observou-se que apenas a variável receita própria demonstrou um considerável índice de correlação com o conjunto do desenvolvimento municipal de 0,5028. Tal estatística revela que aproximadamente 27% da variância na receita própria dos municípios podem ser explicadas pelo conjunto canônico do desenvolvimento municipal (emprego e renda, saúde e educação), o que é coerente com o fato de que o desenvolvimento econômico dos municípios implica no aumento da sua receita

própria via maior arrecadação de taxas e tributos. Ressalte-se que as outras variáveis componentes do IFGF, a saber liquidez, investimentos, gastos com pessoal e custo da dívida apresentaram baixos índices de correlação indicando que o conjunto canônico relativo ao desenvolvimento municipal apresenta baixo poder explicativo da variância das variáveis de qualidade da Gestão Fiscal. Além disso, conforme asseveram Firovante, Pinheiro e Vieira (2006) e Viana et al. (2011) é possível que o atendimento à exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio de uma maior transparência, prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas pública esteja repercutindo na redução dos investimentos, na liquidez e no custo da dívida, dado os parâmetros estabelecidos para captação de recursos e endividamento dos municípios.

A validação ou confiabilidade dos resultados foi realizada adotando a técnica de exclusão de variáveis independentes, para verificar a estabilidade da correlação do modelo. A exclusão da variável gasto com pessoal (IFGF_{GP}) não provocou qualquer instabilidade no modelo, mantendo inalterada a correlação canônica. Excluindo a variável investimento obteve-se uma correlação canônica de 0,5265, bastante similar a de 0,5289 verificada quando considerada todas as variáveis independentes. As cargas canônicas também apresentaram valores bastante similares considerando especificações do modelo em que foram excluídas as variáveis. Assim, a análise de sensibilidade do conjunto de variáveis independentes mostrou-se estável e consistente quando avaliadas as cargas canônicas e as cargas canônicas cruzadas.

5. Conclusão

O objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar a associação existente entre os indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, em consonância com a Lei de responsabilidade fiscal, e os indicadores de emprego e renda, saúde e educação dos municípios brasileiros.

Pela análise descritiva o indicador de desenvolvimento dos municípios brasileiros (IFDM) foi considerado moderado, apontou para um cenário de regular evolução ao longo dos anos pesquisados, destacando-se nas suas dimensões de forma positiva o crescimento nos indicadores de educação e saúde e, de forma negativa, a diminuição e o regular desenvolvimento no quesito emprego e renda nos municípios. Já o IFGF dos municípios brasileiros foi classificado como regular, sendo que os municípios apresentam um controle moderado dos gastos com pessoal e boa gestão no custo da dívida. Estes dois aspectos são os principais pontos preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo, ao longo de 2006 a 2010, tais indicadores reduziram, mostrando relaxamento no cumprimento da referida lei. Os indicadores representativos da dimensão investimentos e liquidez podem ser considerados moderados, e demonstraram evolução positiva ao longo dos anos. O destaque negativo foi a baixa capacidade de geração de receita própria, o que denotou dependência de recursos de outras esferas de governo para custeio da máquina pública municipal.

A análise de correlação canônica entre as variáveis IFDM e IFGF foi significativa e demonstrou existir uma relação linear entre o conjunto das duas variáveis. Os resultados apontaram que as variáveis que compõem o índice de Gestão Fiscal (IFGF) e o índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) compartilham 27,97% de variância entre si. O índice de redundância da correlação canônica revelou que 16,71% da variância nos indicadores de desenvolvimento municipal (IFDM) foi explicada pela variância dos indicadores de gestão fiscal (IFGF).

A avaliação da contribuição relativa de cada variável para sua respectiva variável canônica foi feita com base nas cargas canônicas. Os resultados apontaram que a variável IFDM Emprego e Renda compartilhou maior variância com o conjunto de variáveis de gestão fiscal pública municipal (0,9145), seguida, por ordem de importância, da variável IFDM Educação (0,7157) e da variável IFDM Saúde (0,6663). Concluiu-se que estas três variáveis

apresentaram elevadas variâncias compartilhadas o que sugere que estas medidas são representativas dos efeitos do desenvolvimento municipal. Na avaliação da correlação de cada variável observada (dentre as dependentes e independente) com a variável canônica oposta foram estimadas as cargas canônicas cruzadas, onde concluiu-se que 14,3% da variância na educação, 23,4% da variância no emprego e renda e 12,4% da variância na saúde foram explicadas pelo conjunto canônico relacionado à qualidade da Gestão Fiscal. Assim, concluiu-se que os indicadores de gestão fiscal implicaram em variâncias importantes nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros mencionados. Concluiu-se ainda que 27% da variância na receita própria dos municípios podem ser explicadas pelo conjunto canônico do desenvolvimento municipal. Tais resultados foram consistentes com a teoria e os estudos citados, dando indícios que a gestão fiscal pública municipal está associada aos indicadores de desenvolvimento municipal.

Como sugestões estudos futuros espera-se que possa-se continuar nesta investigação ao longo dos anos, bem como verificar se as diferenças regionais, representação política e variáveis demográficas e econômicas, tais como PIB municipal, influenciariam a gestão pública municipal bem como o desenvolvimento municipal. Outra sugestão seria o caso de avaliar se a questão espacial influencia a relação gestão fiscal/desenvolvimento dos municípios, traçando também comparações regionais.

Referências

Brasil (2000). *Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 82, 5 maio 2000. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=82&data=05/05/2000>>
. Acesso em: 20/03/2012.

Costa, I. S. (2011). *Gasto público e desenvolvimento socioeconômico: uma análise dos municípios de estado do Paraná*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

Denardi, R. A.; Henderikx, E. M. G. J.; Castilhos, D. S. B de.; Bianchini, V. (2014). *Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná*. In http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/desen_fatores.pdf. Acesso em 17/01/2014.

Duarte, A. & Lima, D. (2013, 21 de setembro). *Boa gestão fiscal melhora indicadores sociais dos municípios*. <http://www.oglobo.globo.com/pais/boa-gestao-fiscal-melhora-indicadores-sociais-de-municipios-10083540?service=print>.

Ervilha, G. T. Alves, F. F.; Gomes, A. P. (2013). *Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA*. Bahia Análise de Dados, Salvador, v. 23, n. 3, p.553-566, jul./set. 2013

Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2014). Disponível em: <<http://www.Firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01234E532B007D5D.htm>>
Acesso em 13/02/2014

Firovante, D. G.; Pinheiro, M. M. S. & Vieira, R da S. (2006). *Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: Impactos sobre despesa com pessoal e endividamento*. IPEA

Disponível em: <
http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4803:td-1223-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-financas-publicas-municipais-impactos-sobre-despesas-com-pessoal-e-endividamento&catid=308:2006&directory=1> Acesso em 05/02/2014.

Hair Jr., J. F., Black, R. E.; Anderson, R. L. T. (2005). *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 593 p.

Klering, L. R.; Krueel, A. J. & Stranz, E. (2012). *Os pequenos municípios do Brasil – uma análise a partir de índices de gestão*. *Análise – Revista de Administração da PUCRS*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, jan./abr.

Kliksberg, B. (1998). *Repensando o estado para o desenvolvimento social: Superando dogmas e convencionalismos*. Tradução de Joaquim Osório Pires da Silva. São Paulo: Cortez.

Matias, A. B.; Ortolani, F. & Campello, C. A. G. B. (2002). *A relação (in)existente entre a responsabilidade fiscal e responsabilidade social nos municípios paulistas*. In: ASSEMBLY OF THE LATIN AMERICAN COUNCIL OF COLLEGE OF BUSINESS ADMINISTRATION – CLADEA, 37. Porto Alegre. XXXVII CLADEA, EA/UFRGS.

Oliveira, G. B. de. (2002). *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. *Revista FAE*, Curitiba: v.5, n.2, p.37-48, maio/ago.

Oliveira, M. de J. & Silva E. A. (2012). *Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases - MG*. In V Encontro de Administração Pública e Governo - EnApg (p. 1-16). Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração.

Oliveira, F. H.; Peter, M. G. A. & Meneses, A. F. *Lei de responsabilidade fiscal: Implicações nos indicadores sociais municipais*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2009, 9., São Paulo. Anais... IX Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2009. 1 CD ROM.

Rezende, A. J.; Slomski, V. & Corrar, L.J. (2005). *A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo*. *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr.

Siedenberg, D. R. (2003). *Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: Uma síntese*. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, ano 1, v.1, n.1, p.45-71.

Sousa, P. F. B.; Gomes, A. de O.; Lima, A. O.; Peter, M. da G. A. & Machado, M. V. V. (2011) *Lei de responsabilidade fiscal e sua relação com o desenvolvimento municipal: Uma análise utilizando dados em painel*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS – CBC, 18, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: ABCUSTOS.

Sousa, P. F. B de; Lima, A. O.; Nascimento, C. P. S. do. Peter, M. G. A.; Machado, V. V. M.; Gomes, A de O. (2013). *Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel*. *Revista evidenciação contábil & finanças*. João Pessoa, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun.

Viana, A.; Silva, E. S.; Almeida, F. P. A.; Anjos Junior, O. R.; Silva, L. A. S. C.; Rodrigues, M. P.; Costa Neta, R. L.; Figueiredo, N. R. M. & Santana, F. L. (2011). *Eficiência dos gastos públicos de João Pessoa: um estudo empírico entre as políticas públicas de educação e saúde dos municípios da região metropolitana*. 2011. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/arti-gos/3087722>. Acesso em: 30 jul. 2011.